

## CONTAS PÚBLICAS

Magistrado entendeu que o recesso poderia dificultar o diálogo entre o Congresso e o Poder Executivo em relação a matéria. Em outra decisão, o vice-presidente do Supremo adiou para 1º de agosto prazo para Minas aderir ao RRF

# Reoneração fica para setembro

» RENATO SOUZA  
» ÁNDREA MALCHER

O debate sobre o projeto de lei que trata da reoneração gradual da folha de pagamento dos 17 setores da economia e dos municípios de até 156 mil habitantes vai ficar para setembro. Ontem, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogou até 11 de setembro o prazo para que o governo e o Congresso Nacional cheguem a um consenso sobre o assunto. O período estipulado para uma decisão terminaria nesta sexta-feira.

O relator do caso é o ministro Cristiano Zanin. No entanto, o Supremo está de recesso e Fachin, vice-presidente, está no exercício da presidência da Corte, respondendo por decisões em caráter de urgência de ações que estão com magistrados que aderiram ao período de descanso.

A decisão do ministro atende ao pedido da Advocacia-Geral da União e da Advocacia-Geral do Senado Federal pela prorrogação. Em sua resposta, Fachin entendeu que o recesso, que também ocorre no Poder Legislativo, poderia prejudicar as discussões. Com a decisão do magistrado, as empresas continuam podendo optar por substituir a contribuição previdenciária dos empregados por uma porcentagem do faturamento.

"A construção dialogada da solução não permite o adiamento e requerem o tempo necessário para o diálogo e para a confecção da solução adequada. Está comprovado nos autos o esforço efetivo dos Poderes Executivo e Legislativo

Felipe Sampaio/STF



Fachin prorrogou prazo para debate sobre reoneração da folha de pagamentos

federal, assim como dos diversos grupos da sociedade civil para a resolução da questão", afirma Fachin ao justificar a concessão do pedido.

O ministro diz ainda que a liminar se justifica por causa do "diálogo institucional em curso e razões de segurança jurídica, pois a retomada abrupta dos efeitos ora suspensos pode gerar relevante impacto sobre diversos setores da economia nacional".

O pedido apresentado pelo Senado, recorda que "a apreciação do projeto pelo plenário estava prevista para a última quarta-feira, 10 de julho de

2024, mas não ocorreu por não terem sido concluídas as negociações com o Ministério da Fazenda a respeito das medidas de compensação". Além disso, o documento cita a suspensão dos trabalhos, por conta do recesso, período em que as atividades legislativas são reduzidas e não há sessões deliberativas nas duas Casas do Congresso Nacional. "Isso impactará diretamente na capacidade de deliberação sobre o tema, demonstrando claramente a urgência e a necessidade de concessão de um prazo adicional para a construção de um consenso sobre a matéria", diz o documento.

### Dívida de Minas

Também em função do recesso do judiciário, Fachin prorrogou até 1º de agosto o prazo para o estado de Minas Gerais aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) ou renegociar seus débitos com União por outro caminho. A medida atende parcialmente a pedido do governador do estado, Romeu Zema, até que a questão possa ser examinada pelo relator do caso, ministro Nunes Marques, na volta do recesso.

A decisão de Fachin foi necessária porque o prazo para o governo aderir ao RRF venceria em 20 de julho.

## Governo prepara cortes no orçamento

» HENRIQUE LESSA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, ontem, que o governo "muito provavelmente" fará cortes no orçamento deste ano para cumprir a lei do arcabouço fiscal, que estabelece limites para o crescimento da despesa do governo de um ano para o outro. Ele também apontou que a fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de que a meta fiscal não precisaria ser cumprida, foi descontextualizada.

"Possivelmente (terão cortes), tanto com bloqueio, se alguma despesa superar o teto de 2,5% (do Arcabouço Fiscal) que não pode ser superado, estamos verificando com a Previdência, o BPC (Benefício de Prestação Continuada), o que passar dos dois e meio tem que ter a contrapartida do bloqueio. Também tem o contingenciamento da receita, nós estamos com essa questão pendente da decisão do STF (compensação para a desoneração). No dia 22 nós temos que divulgar o relatório fiscal bimestral e aí nós vamos definir quanto de bloqueio e quanto de contingenciamento", disse.

O ministro lembrou que o corte de R\$ 25 bilhões, anunciado no início do mês, refere-se ao orçamento de 2025, e disse que assim que o governo fizer as contas de quanto precisará contingenciar em despesas não obrigatórias

deste ano, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, anunciará os números.

Sobre a fala de Lula, em uma entrevista para a TV Record, de que a meta fiscal não precisaria ser cumprida se "tiverem coisas mais importantes", Haddad disse que a fala do presidente foi descontextualizada. "Na íntegra da resposta vão poder constatar, onde ele (Lula) diz exatamente o que eu disse há duas semanas, que nós temos compromisso com arcabouço fiscal, o presidente falou que pode ser 0 ou 0,1, 0,2 e isso está dentro da banda", disse Haddad a jornalistas.

O ministro se referia a uma fala em que o presidente disse que fará o "necessário para cumprir o arcabouço fiscal", que prevê, para esse ano, um déficit zero, apesar de ter, pouco antes, relativizado a necessidade de cumprimento da meta fiscal.

### Previdência e Mínimo

Na mesma entrevista, Lula rejeitou qualquer desvinculação dos benefícios previdenciários do salário-mínimo. "O mínimo já diz, é o mínimo, não tem nada mais baixo que o mínimo", disse o petista.

Quanto aos cortes no orçamento, Lula deu a entender que não serão na área social como defendido por setores do mercado e lembrou que é um dos presidentes mais longevos da história. "É que nem tudo que eles (mercado) tratam como gasto, eu trato como gasto. Às vezes, fico irritado porque eu não sou marinho de primeira viagem, tenho experiência de administração bem-sucedida", disse.

**CONFIRA**

**A PROGRAMAÇÃO!**

**DIAS 19, 20 E 21**

**ÀS 19H**

**ETAPA 3**

**SAMAMBAIA**

Candangão Junino — FEQUAJU  
Estacionamento da Castelo Forte

**ETAPA 4**

**TAGUATINGA**

Circuito de Quadrilhas Juninas — LINQDFE  
Estacionamento Do Estádio Serejão

**CIRCUITO DE FESTEJOS JUNINOS**  
DO DISTRITO FEDERAL E RIDE 2024  
**O MAIOR DO BRASIL!**

Realização:

Apoio:

Parceira de mídia: